

Interpretação em Áreas Protegidas

José Miguel Brás*

Mestrando em Inovação e Políticas de Desenvolvimento na Universidade de Aveiro

Resumo

A relação do turismo com a protecção ambiental não deixa de ser complexa e preocupante, já que uma gestão desequilibrada desta relação pode originar o fim de ambas. Este artigo pretende suscitar a importância da interpretação turística na preservação e conservação das áreas protegidas, no sentido em que se proceda a um equilíbrio saudável entre a fruição turística, a conservação da natureza e o bem estar das comunidades locais. A interpretação surge, assim, como o meio privilegiado para orientação e educação do visitante, atribuindo-lhe um papel responsável na conservação do local, garante fundamental para que o desenvolvimento do turismo e a preservação do meio ambiente evoluam em simbiose.

Palavras-Chave

Turismo e Ambiente, Turismo Sustentável, Ecoturismo, Interpretação, Interpretação em Áreas Protegidas.

Abstract

The relationship between tourism and environmental protection is complex and distressing, since an unbalanced management of this relationship can contribute to the end of both elements. This article intends to highlight the importance of tourist interpretation in the preservation and conservation of protected areas, given that it contributes to a healthy balance between the tourist experience, nature conservation and the welfare of local communities. Interpretation appears as a privileged way to guide and educate visitors, having a responsible role in conservation, and being the warranter that tourism development and environmental preservation evolve in symbiosis.

Keywords

Tourism and Environmental, Sustainable Tourism, Eco-Tourism, Interpretation, Interpretation in Protected Areas.

*Grupo de investigação da área do Turismo da Universidade de Aveiro
E-mail: jose.bras@egi.ua.pt

1. Introdução

A evolução natural do turismo induz a que se registem modificações constantes ao longo do tempo, essas modificações levam a que se modifiquem atitudes, comportamentos, hábitos e motivações. Estas novas motivações levam ao aparecimento de novos tipos de turismo e a novos tipos de produtos, surge então uma oposição ao turismo de massas, surge um novo turismo, segundo Poon (1993), em que se procuram locais com uma maior importância cultural e ambiental, surge o ecoturismo ou "*green tourism*" como é denominado por alguns autores.

O turismo está incutido no modo de vida dos europeus, mas já não de um modo simples de fazer férias, agora procura-se um turismo especial, umas férias especiais, locais não massificados, procuram-se as áreas em que se possa estabelecer contactos com a natureza, com formas culturais existentes, em que se possam exercer actividades ao ar livre (FNNPE, 1993).

Aparece então o ecoturismo como um turismo alternativo devido à insatisfação registada face às convencionais formas de fazer turismo, que de uma forma geral ignoram os aspectos sociais e ecológicos das áreas receptoras de visitantes em favor de uma visão mais económica e rentável da exploração dos produtos turísticos (Fennell, 1999).

Porém, o conceito de ecoturismo sugere algumas dúvidas e interpretações, sendo que o fundamental é a preservação e conservação dos recursos naturais, quer com fins de conservação da natureza quer com intuítos económicos. A interpretação turística destas áreas protegidas contribui como uma mais-valia para a preservação e conservação do local.

2. Turismo vs Ambiente

A actividade do turismo depende e influencia o ambiente, o ambiente surge como um produto turístico enquanto oferece "...lugares cénicos, climas amenos e paisagens com características únicas, entre outros aspectos, que têm exercido uma importante influência na atracção de turistas a determinadas localidades, regiões ou países." (Mathienson, 1982) mas, por outro lado, o turismo, e a desloca-

ção de visitantes e turistas para essas áreas provoca uma destruição e devastação desses locais cénicos, gerando impactos e danos irreparáveis para esses recursos que, por vezes, levam mesmo até à sua extinção (Coccossis, 1996).

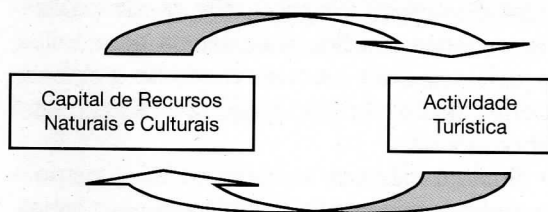
Esta ambiguidade na relação é-nos demonstrada por vários autores, uns que defendem um intercâmbio e uma relação positiva, pois defendem que a fruição turística permite incentivar a preservação, conservação e mesmo a restauração dos recursos naturais, porém para outros esta relação é negativa pois o turismo significa visitantes, fluxos, congestionamento, barulho e poluição, ou seja, significa a destruição dos *habitats* dos animais, a extinção de plantas frágeis, e o desgaste das paisagens e recursos naturais (Mathienson, 1982).

Para Mathienson e Wall (1982) a relação possível entre a pressão exercida pelos visitantes e o ambiente pode tomar três tipos de relacionamento:

- **Indiferença / sem contacto:** é uma relação difícil de encontrar, mas pode existir numa situação em que o turismo e o ambiente mantêm as suas posições, permanecendo isolados ou estabelecendo pequenos contactos um com o outro. Neste tipo de relação, o turismo não tem qualquer tipo de impacte, positivo ou negativo, sobre o ambiente. A esta fase sucedem, normalmente, relações de simbiose ou de conflito.
- **Simbiose:** é o nível de relação mais desejável, em que o turismo e o ambiente beneficiam mutuamente. O turismo contribui para a conservação da natureza e esta é um atractivo para os turistas que beneficiam com o seu usufruto.
- **Conflito:** Este tipo de relação, não desejável, acontece quando o turismo provoca impactos negativos no meio ambiente, a maioria das relações existentes tende a cair neste tipo de interligação.

O ambiente surge como um produtor e produto turístico, que enquanto produto sofre, como receptor de visitantes e turistas, pressões que desafiam a sua capacidade potencial de oferta de oportunidades turísticas (Partidário, 1988). A ligação estreita de interdependência existente entre o turismo e o ambiente pode ser simplificada e resumida na ilustração que se segue (Figura 1):

Figura 1 – Interdependência entre Ambiente e Turismo



Fonte: Partidário, 1998

A procura turística que se manifesta sobre as áreas protegidas origina a definição de novas áreas, aumentando a rede de áreas protegidas com vista a satisfazer a enorme procura que se regista ultimamente por estas áreas de conservação e ao mesmo tempo de lazer (Inskeep, 1991).

É devido à expansão da procura turística que algumas espécies de plantas e animais registaram um aumento no seu número total de espécimens, uma vez que se verificaram investimentos para a preservação e conservação dessas espécies. Foram criados e reproduzidos *habitats*, tendo em vista a reprodução e aumento de determinadas espécies, bem como a criação de espaços complementares de visitas, para permitir a prática de actividades de lazer e recreio (caça, pesca, mergulho, etc.), sem que os habitats em risco de extinção sejam prejudicados (Ditton, 1985 in Gunn 1988).

Os efeitos indesejáveis e impactos causados pela actividade do turismo no ambiente passam pela poluição da água e do ar, poluição sonora e visual, distorções ecológicas, "desastres" ambientais, problemas ao nível do uso do solo e danos nos locais históricos e arquitectónicos (Inskeep, 1991).

Os próprios hábitos e usos dos turistas, registados na sua visita e a prática de determinadas actividades que deterioram o meio natural criam e aumentam o risco de erosão dos locais. A pressão exercida pela procura crescente registada nestas áreas protegidas, a vinda massificada e desenfreada de visitantes descontrolados, para usufruto de um espaço que não está preparado para aceitar uma afluência tão elevada e a inconsciência revelada por alguns visitantes que recolhem plantas, animais, corais e pedras de ambientes naturais raros que poderão ser extintos devido a esses comportamentos menos éticos (Gunn, 1988).

É neste sentido que se torna fundamental fomentar um equilíbrio sustentável entre preservação e conservação das áreas protegidas e a fruição turística, que por sua vez pode despoletar o desenvolvimento económico do local.

3. Turismo Sustentável

Apesar dos termos *sustentabilidade* e *desenvolvimento sustentável* terem sido utilizados e referidos por vários autores, só em 1987, o desenvolvimento sustentável passou a fazer parte do léxico comum, com a publicação pelas Nações Unidas (*World Commission on Environment and Development - WCED*) do documento "O Nosso Futuro Comum" que mais tarde viria a ficar conhecido como relatório *Brundtland*. Neste relatório foram essencialmente focados os termos na generalidade do desenvolvimento sustentável global, ao nível das actividades económicas, sem fazer referências específicas ao turismo. Mais tarde começou a ser utilizado o princípio da sustentabilidade que foi reforçado pelos governos e organismos ambientais (Stabler, 1997).

De acordo com o relatório *Brundtland*, o desenvolvimento sustentável "é o desenvolvimento que reúne as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades".

Em 1991, é apresentado o relatório "*Caring for the Earth*" publicado pelo *World Conservation Union* (IUCN), *World Wild Fund for Nature* (WWF) e pelo *United Nations Environment Programme* (UNEP), que pretende ser um relatório (que define alguns princípios de sustentabilidade) para apresentar no âmbito da cimeira do Rio em 1992 e do qual se podem retirar os princípios para um desenvolvimento sustentável, resumidos no quadro seguinte (Quadro 1) (FNNPE, 1993).

Quadro 1 – Princípios para um desenvolvimento sustentável

- 1- Respeitar e proteger as comunidades;
- 2- Melhorar a qualidade de vida humana;
- 3- Conservar a vitalidade e diversidade do planeta;
- 4- Reduzir a devastação dos recursos não renováveis;
- 5- Manter a capacidade de carga do planeta;
- 6- Mudar atitudes e comportamentos para adoptar este princípios;
- 7- Dinamizar as comunidades para protegerem os seus ambientes;
- 8- Criar uma rede de integração de desenvolvimento e conservação;
- 9- Criar uma aliança global;

Fonte: IUCN, WWF, UNEP, 1991 in FNNPE, 1993

A questão do desenvolvimento do turismo como "sustentável" tem sido rapidamente difundida, no entanto, a sua implementação prática é muito mais limitada, muitas são as conferências e publicações que se têm realizado no sentido de tecer algumas recomendações sobre a aplicação dos princípios da sustentabilidade ao turismo (Butler, 1998).

A questão da sustentabilidade do turismo é mais detectar qual o tipo de ecoturismo ou "green tourism" que é sustentável e se a gestão do seu recurso base (recursos naturais) permite a conservação desses recursos e um desenvolvimento contínuo da actividade turística nesse local, fazendo referências às implicações do seu desenvolvimento nas estruturas económicas, sociais e culturais do local (Stabler, 1997).

Segundo Coccossis (1996), não existe uma estratégia ou abordagem ideal de turismo sustentável, pois cada abordagem depende de várias perspectivas e prioridades, no entanto, cada uma revela as suas vantagens quando aplicada a casos específicos em que as suas características se adaptem melhor. Coccossis (1996) apresenta quatro tipos de interpretação da sustentabilidade do turismo (explorando um pouco mais a abordagem elaborada por Stabler) apresentados na Figura 2.

Figura 2 – Interpretações do turismo sustentável



Fonte: Coccossis, 1996

De modo a permitir uma fácil e rápida interpretação das diferenças entre as abordagens feitas por Coccossis (1996), a análise é apresentada em forma de um triângulo em

que coloca nos vértices situações imaginárias com objectivos exclusivos e que representam apenas um fim, a eficiência económica, a justiça social e a conservação do ambiente. Dentro deste triângulo introduz as suas quatro abordagens:

- Sustentabilidade económica do turismo – conceito mais ligado à eficiência económica, o objectivo é a viabilidade económica da actividade do turismo, a sua estratégia é melhorar e diferenciar o seu produto turístico;
- Turismo ecológico sustentável – conceito baseado e próximo da conservação da natureza (ambiente), o objectivo é conservar e preservar os recursos naturais e ecossistemas;
- Desenvolvimento do turismo sustentável – baseia-se na necessidade de assegurar, a longo prazo, a viabilidade da actividade do turismo, reconhecendo para tal a necessidade de proteger certos aspectos do ambiente. Assume uma perspectiva económica que reconhece que a qualidade do ambiente (recursos naturais) é um factor importante de competitividade e, como tal, deve ser protegido;
- Turismo como parte do desenvolvimento sustentável – conceito equilibrado entre o ecologia sustentável e o desenvolvimento económico, em que se define a sustentabilidade na base de um sistema humano-ambiental. Constitui a abordagem mais equilibrada pois os objectivos de conservação são idênticos e de igual importância para uma eficiência económica e justiça social.

É na óptica de um desenvolvimento sustentável que surge o termo de turismo sustentável (Fennell, 1999), este incremento é, sem dúvida, uma das conclusões da Cimeira das Nações Unidas realizada no Rio em 1992. As conclusões daí retiradas levam a que instituições e organizações de todo o mundo comecem a institucionalizar nos seus métodos de trabalho o desenvolvimento sustentável do turismo. No âmbito europeu, surge a *Federation of Nature and National Parks of Europe* (FNNPE) que avança mesmo uma definição do turismo sustentável:

"Turismo sustentável: são todas as formas de turismo (desenvolvimento, gestão, planeamento e actividades) que mantenham a integridade do ambiente, da sociedade e da economia e o bem estar e equilíbrio dos recursos

naturais, construídos e culturais para o futuro" (FNNPE, 1993).

O desenvolvimento sustentável do turismo deve ser pensado como um encontro entre as necessidades do turista e as dos locais de acolhimento, ao mesmo tempo que se protege e providencia os recursos para o futuro, de um modo a permitir a satisfação das necessidades económicas, sociais e estéticas e ao mesmo tempo mantém-se a identidade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte da vida (Inskeep, 1991).

4. Turismo de Natureza – Ecoturismo

É num contexto de evolução da actividade do turismo que o conceito de ecoturismo emerge, aparecendo como um dos novos produtos que mais rapidamente se tem desenvolvido. Este "novo" conceito surge relacionado à implementação e desenvolvimento de uma política de turismo sustentável.

"ecoturismo: é uma viagem responsável para áreas naturais que permite a conservação e preservação do ambiente e melhora a qualidade de vida das comunidades locais" (The Ecotourism Society in Western, 1993)

"ecoturismo: significa viajar para áreas sossegadas, não contaminadas e não poluídas, com o objectivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem, plantas e animais selvagens, bem como qualquer manifestação cultural (passada ou presente), que existam nessas áreas" (Ceballos-Lascuráin in Fennell, 1999 (Boo, 1991).

"ecoturismo: é uma forma de turismo sustentável baseado nos recursos naturais, onde é focada primordialmente a experiência e a aprendizagem da natureza, actividade eticamente gerida para ser de baixo impacto, não destrutiva, e orientada numa perspectiva local, tipicamente ocorre em áreas naturais e deve contribuir para a conservação e protecção dessas áreas" (Fennell, 1999).

Dentro das várias definições de turismo,

e dos conceitos por elas apresentadas podemos concluir que o ecoturismo envolve uma baixa capacidade de carga ambiental, provoca impactos ambientais reduzidos, origina benefícios económicos que revertem a favor das comunidades locais, verifica-se essencialmente em áreas naturais de grande valor e interesse ecológico, sendo por vezes mesmo áreas virgens, não desenvolvidas e pouco degradadas envolvendo um rol de numerosas actividades.

Em Portugal, a procura pelo ecoturismo ganha cada vez mais adeptos, o que reflecte uma evolução da sociedade em que vivemos, e na aceitação e introdução da problemática do ambiente por oposição às cidades e à industrialização. Surge, assim, uma apetência considerável pelas áreas protegidas existentes no nosso país. Este aumento de procura, deve, no entanto, ser acompanhado pelas entidades responsáveis na gestão dessas áreas, para que não se verifique um descontrolo e uma destruição dos recursos naturais.

5. Interpretação Turística

Inicialmente, a interpretação era designada por educação, uma vez que um dos dois objectivos, dos parques naturais, era educar e sensibilizar as populações e visitantes para o valor do património natural aí existente, apelando para que fossem as próprias pessoas a lutar pela conservação dessas áreas protegidas.

A "interpretação tem vindo a envolver e a cobrir todas as actividades ligadas com a visita: exposições em vários locais de acesso ao recurso turístico (parques, quintas, museus, ecomuseus, etc.), centros de recepção e informação, livros, brochuras, mapas, trilhos organizados e interpretados, projecções de filmes e diapositivos, etc. (ATEN, 1988a).

Assim, o termo correspondente à interpretação ou ao acto de interpretar está directamente ligado à explicação, ilustração e exemplificação de conceitos técnicos numa outra linguagem mais acessível e perceptível aos visitantes.

O conceito de interpretação está ligado, sem fronteira perceptível, com outros termos. Assim, e, um pouco por todo o mundo, existe uma desfocagem do termo, aparecendo referências à interpretação de várias formas:

informação, animação, vulgarização, comunicação, educação ambiental, pedagogia do ambiente, iniciação e introdução ao ambiente, etc. (ATEN, 1988a). Todos estes termos são diferentes e idênticos ao mesmo tempo, porque quando referidos ao nível da educação e interpretação de um determinado património podem ser considerados interpretação, também a sua utilização para outros propósitos não pode ser considerada interpretação. Aqui se centra o cerne na questão de definir interpretação.

Relativamente à interpretação, Tilden (1957, *in* ATEN, 1988a) considera-a como uma arte, arte que deve satisfazer alguns requisitos para a sua prática correcta. Para tal, apresenta algumas considerações sobre o modo como se deve "interpretar". Assim, considera seis princípios fundamentais para a interpretação:

1. A interpretação de uma paisagem, de uma exposição ou de um recurso que não apela ao sentimento e à personalidade do visitante é estéril;
2. A informação, somente, não é interpretação. A interpretação é uma revelação baseada na informação, os dois termos são diferentes, mas toda a "informação" utiliza informações;
3. A interpretação é uma arte que combina outras, tais como, artes científicas, históricas e/ou arquitectónicas. Toda a arte pode ensinar em certa medida;
4. A interpretação procura mais provocar os visitantes do que instruí-los;
5. A interpretação deve apresentar os temas globalmente (como um todo) e não apenas uma parte, e deve-se direccionar para todos os visitantes e não apenas para alguns segmentos de visitantes;
6. A interpretação para crianças não deve ser uma diluição daquela que é apresentada aos adultos, ela deve ser diferente e atingirá melhores resultados se obedecer a programas diferentes.

A própria interpretação pretende estimular no leitor, no ouvinte, no espectador ou no visitante um desejo de abrir o horizonte dos seus interesses e dos seus conhecimentos e de o ajudar a compreender as grandes verdades que estão escondidas pela constatação dos factos conhecidos. A interpretação não deve ser uma simples recitação dos factos, ou uma

simples utilização do nome das coisas e sua explicação, mas sim a explicação do cerne da questão, das suas "verdades escondidas", não através de discursos e sermões, não através de teses, não através da instrução, mas através de uma provocação ao visitante que o incite a procurar algo mais (Tilden, 1957, *in* ATEN, 1988a).

A interpretação não é uma arte simplesmente por ser, ambiciona ser algo mais, pretende estabelecer acções orientadas aos objectivos definidos para o desenvolvimento e conservação da área protegida, atingindo a conservação das características locais através da sensibilização dos visitantes e habitantes locais para essa necessidade. O modo como é elaborada essa sensibilização (através da interpretação) pode e deve potenciar a conservação das áreas protegidas, fomentando a criação de uma cadeia de reacções na consciência e percepção dos visitantes: "Através da interpretação a compreensão, através da compreensão a apreciação e graças à apreciação a conservação" (ATEN, 1988a).

6. Interpretação e a educação ambiental

A educação ambiental surge muitas vezes como complemento a conteúdos pedagógicos de determinadas disciplinas, uma visita de estudo a uma área protegida por parte de uma turma, pode constituir um método de aprendizagem relevante. Nesta situação o objectivo da visita é conhecer, aprender e fundamentar determinados conceitos científicos, a visita enquadra-se numa instrução dos visitantes e não numa visita de lazer ou recreio. Porém os visitantes, enquanto visitantes, procuram distração, lazer e recreio, momentos de prazer, logo não será muito conveniente prestar informações exaustivas e científicas a esses visitantes. Será então mais aconselhado elaborar um plano de interpretação que lhes permita conhecer e perceber o local sem ser "massacrado" com muita informação, é aí que surge a interpretação.

Educar, por sua vez, não significa só instruir alguém, nem transmitir conhecimentos específicos é o despertar nesse alguém de como pensar e agir. É um processo permanente e interactivo, em que o educador incen-

tiva o educando para a resolução de problemas (INamb, 1989 in Ferreira, 1999).

Em resumo, poder-se-á dizer que a finalidade da educação ambiental é «*formar uma população consciente e preocupada com o ambiente e com os seus problemas, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de compromisso que lhe permita trabalhar individual e colectivamente na resolução das dificuldades actuais, e impedir que elas se apresentem de novo.*» (INamb, 1990 in Ferreira, 1999)

Esta definição surge, assim, como a mais indicada e correcta para definir a educação ambiental, mantendo-se ainda hoje actual, e que nos induz nos principais objectivos da educação ambiental (PNPG, 1997):

- tomada de consciência do estado do ambiente, do meio que nos rodeia;
- aquisição de conhecimentos;
- fomento da atitude;
- desenvolvimento de competências (para a investigação e para a acção);
- fomento da capacidade de avaliação da realidade;
- incentivo à participação de todos, a nível individual ou colectivo.

Espera-se que, através da educação ambiental, cada cidadão, da criança ao adulto, adquira uma visão mais objectiva do funcionamento da sociedade a que pertence e da sociedade humana em geral, se motive para a vida colectiva, assumindo responsabilidades e tome consciência de que o futuro da humanidade e qualidade de vida das gerações futuras dependem, em grande parte, das escolhas que fizerem na sua própria vida.

É assumindo a necessidade da reeducação ambiental da população e da modificação de comportamentos que visem a preservação e conservação dos locais, compreendendo as motivações dos visitantes na fruição dos diferentes locais que se enquadra a necessidade de elaboração de planos de interpretação que transmitam mensagens de uma forma clara e sucinta.

7. Plano de interpretação

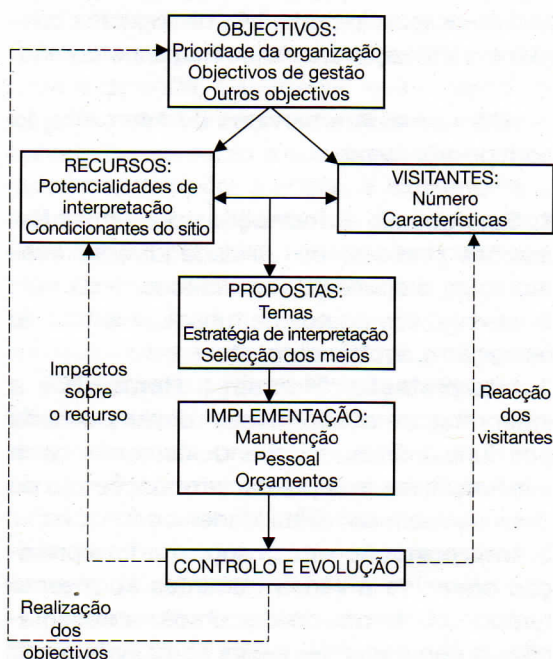
“A planificação da interpretação é um processo completo que pretende responder às

questões: a propósito de quê? onde? quando? e como? se deve propor as actividades ou os dispositivos destinados a explicar ao público o significado de um sítio, recurso, monumento ou território” (Aldridge, in ATEN, 1992).

A elaboração de um plano de interpretação pode abranger vários tipos de territórios, podendo ser focalizado para um só objecto ou monumento, de escala reduzida, cingindo-se somente a alguns hectares, ou de escala territorial onde se incluem áreas maiores e mais densas. No entanto, opta-se por apresentar um plano de interpretação-tipo para pequenas áreas, sendo este considerado o modelo mais geral e exemplificativo para os outros casos, sendo que a interpretação de um só recurso (monumento, pequeno local, etc.) se torna muito mais simples. Uma boa localização das estruturas, uma boa escolha de temas interessantes e a selecção de meios mais adaptados às situações concretas são factores essenciais para a eficácia de uma estratégia ou plano de interpretação (Figura 3).

A elaboração de um plano de interpretação (in ATEN, 1988a) deve conter as seguintes fases: (1) Inventário e análise; (2) Definição dos objectivos; (3) Definição dos temas; (4) Propostas de implementação; e (5) Directivas operacionais.

Figura 3 – Plano de interpretação



Fonte: CCAPG in ATEN, 1988b

Um plano de interpretação não se esgota simplesmente no momento de implementação do plano, deve ser antes um processo contínuo em que se deve exercer uma monitorização e adaptação ao longo do tempo futuro, isto porque um plano de implementação, por mais correcto que seja, pode sempre conter erros, que à medida que forem detectados devem ser corrigidos, erros que só serão detectados se este processo de implementação for contínuo e passar do momento de implementação.

A capacidade de estar em monitorização e adaptação permanente é a qualidade maior que um plano de implementação pode ter, isto porque o que hoje atrai os visitantes, amanhã pode repeli-los, as adaptações são a base para se registar uma evolução permanente do plano de interpretação, adaptações que podem ser o resultado da opinião expressa pelos visitantes, quer através da observação (comportamentos, atitudes, expressões, etc.), quer da realização de inquéritos junto deles. Em suma, o processo completo da planificação da interpretação é um circuito contínuo e fechado que permite uma adaptação permanente aos objectivos propostos e às novas necessidades detectadas.

Podemos encontrar vários tipos, meios, equipamentos e serviços utilizados na interpretação de uma área, local ou objecto. Apresentam-se os mais importantes, distinguidos conforme a utilização de meios humanos ou não.

Como meios e serviços de interpretação com pessoal temos:

1. Serviços de informação: prestam informações práticas, de utilidade diversa (restauração, alojamento, actividades, etc.) normalmente, são postos de turismo, centros de recepção e acolhimento, etc.

2. Interpretação "Homem a Homem": é a interpretação e informação desempenhada por funcionários, independentemente de a sua função ser a de prestar informações ou de deter outras responsabilidades ou funções;

3. Interpretação em grupo: é a interpretação oferecida a vários visitantes ao mesmo tempo sob forma de discursos, apresentações e debates, quer sejam ao ar livre, ou no interior, utilizando outros meios de apoio ou

não (como por exemplo: diapositivos, *slides*, pequenos filmes),

Relativamente aos meios sem pessoal, mais ligados às estruturas (grandes ou pequenas) que apoiem e permitam ao visitante efectuar uma interpretação individual e sem a presença de um técnico, estas permitem que seja o próprio visitante a tomar decisões e a elaborar a sua interpretação pessoal do local, sendo muito apreciada pelo tipo de visitantes experientes e aventureiros.

Como meios e serviços de interpretação sem pessoal temos:

1. Interpretação ao ar livre: pequenas estruturas que apresentam desenhos, figuras, textos, esquemas, etc. Podem tomar a forma de dispositivos gráficos pontuais ou sequenciais, brochuras, cartas ou mapas que guiam e interpretam o percurso para os visitantes;

2. Interpretação no interior: são meios de interpretação estáticos utilizados no interior de edifícios, podem tomar vários formatos: passagem de filmes, projecção de *slides*, exposições, equipamentos multimédia, etc.;

3. Publicações: são publicações mais técnicas, tomando a forma de panfletos, cartas, álbuns para crianças, livros, brochuras ou documentos, etc.

Para os circuitos de interpretação ao ar livre, a capacidade de carga pode ser estimada em função dos espaços disponíveis para estacionamento ou pela erosão criada pelo número de pessoas, uma vez que um maior número de pessoas cria um maior desgaste dos trilhos e tem uma maior propensão para gerar mais dejectos e lixos. A capacidade de carga das estruturas e meios de interpretação interiores é facilmente definida pelo número de visitantes que esse espaço pode suportar, simultaneamente, sem prejudicar o bom funcionamento dos equipamentos e do espaço.

Como complemento aos meios referidos anteriormente, e apresentando um carácter mais pesado e outros tipos de funções que não somente a interpretação, surgem os centros de visitantes, ecomuseus e parques temáticos. Corresponde a um ou vários edifícios colocados em pontos estratégicos a nível da gestão do fluxo de visitantes e que preten-

dem receber e acolher o visitante, ao mesmo tempo que possibilitam a interpretação das características e recursos da região (ATEN, 1988a).

8. Interpretação nas áreas protegidas

Dentro das áreas protegidas, a interpretação pode tomar várias amplitudes, ou mesmo formar vários níveis e/ou áreas de interpretação do território total do parque, assim é possível subdividir o parque em várias áreas e interpretá-las de uma forma diferente, embora desde que estejam relacionadas e ligadas entre si, de modo a que a mensagem e interpretação do parque seja um sucesso e não fracasse devido às dúvidas e distorções que as várias interpretações localizadas possam induzir.

Na perspectiva de elaboração de um plano de interpretação, o objectivo para as áreas protegidas é de promover um significado da área, sob um tema central que a identifique facilmente, e de propor meios que permitam comunicar eficazmente aos visitantes esse significado. Esse plano, deve ser orientado para uma integração regional da área sem esquecer o carácter particular dos seus espaços, locais e recursos naturais, promovendo para tal a sua conservação e preservação (ATEN, 1992).

Assim, e apesar de muito se escrever, apresentamos os objectivos da interpretação em áreas protegidas que se consideram mais pertinentes (Lewis, 1988):

- ajudar e apoiar os visitantes a compreender que os espaços que eles visitam estão relacionados com os espaços que eles consideram como “nossos espaços”;
- ajudar e apoiar os visitantes a compreender as relações e inter-relações que podem ser observadas entre os numerosos aspectos que são apreciados nas áreas protegidas;
- ajudar e apoiar os visitantes a passar um bom momento de lazer e repouso;
- provocar a curiosidade nos visitantes e, por vezes, satisfazê-la;
- conservar o parque (área protegida) através da compreensão e sensibilidade dos visitantes que se desenvolve na sua visita;
- defender os visitantes de todas as pressões

que os perseguem;

- sublinhar e realçar as relações entre tudo o que é observado com a própria vida dos visitantes;
- conceber e entregar um tipo de interpretação que sensibilize e incite os visitantes a se preocuparem com a protecção da área protegida;
- recolher e prestar informações precisas e interessantes que formem uma base de dados interpretativa do parque ou área protegida.

Um plano de interpretação nas áreas protegidas pode utilizar vários meios, equipamentos e serviços, dentro destes, podem enquadrar-se os serviços de recepção e informação, serviços e espaços que deverão ser aproveitados ao nível da elaboração do próprio plano de interpretação. São mesmo essas estruturas, centros de visitantes, que são apontadas como elementos fundamentais para a eficácia de um plano de interpretação, pois são fundamentais para a gestão estratégica dos visitantes de toda a área. Assim, um plano de interpretação deve ser elaborado em torno destas estruturas, enquadrando este centro de visitantes com os outros tipos e meios de interpretação definidos no plano, para interpretar e conservar a área protegida, na medida em que a interpretação encaminha os visitantes para determinadas áreas e influencia os seus comportamentos em visita.

Assim, as estruturas de recepção, casa do parque, casa dos visitantes ou centro de visitantes, independentemente do nome, os princípios e objectivos de funcionamento são idênticos, pode ser um só edifício ou um conjunto de vários edifícios integrados e incorporados na paisagem que os rodeia encontrando-se dentro das características da região e salientando, caso se verifique, os aspectos que estejam dentro do plano de interpretação. Nessa estrutura, como serviços fundamentais e de base, devem existir (ATEN, 1988a):

- **uma área de acolhimento:** um ambiente de recepção e acolhimento onde sejam prestadas todas as informações e esclarecimentos pretendidos;
- **uma área de lazer:** composta por zonas de estacionamento, de piqueniques, terrenos de jogos, parques infantis, cafés e restaurante, lojas, livraria especializada, etc.

• **um programa de interpretação:** apoiado em publicações, exposições, projecções de imagens (filmes, diapositivos, imagens, etc.) interligadas com a gestão e com a organização de todo o espaço interior e essencialmente o exterior ao nível de jardins, árvores, pequenos e longos trilhos, etc.

O método adoptado pelas áreas protegidas para interpretar o interior do seu território deve, essencialmente, utilizar guias, especialmente nos locais mais fragilizados, ou percursos assinalados e marcados que permitem ao visitante uma auto-interpretação do local. Assim, é objectivo da interpretação nestes locais, criar percursos, guiados ou assinalados, que indiquem e direccionem os visitantes para seguirem determinados itinerários. Mais precisamente, pretende informar, explicar e fazer descobrir a área através de uma sinéctica de informação e educar o visitante com o intuito de o levar, inconscientemente, a respeitar o local que ele visita, mostrando-lhe o seu valor e interesse geral, a necessidade de o conservar e a fragilidade da natureza, através de indicações sobre aquilo que o visitante pode fazer e aquilo que não pode ou não deve fazer (AFIT, 1999).

A interpretação surge, então, numa perspectiva de marcar o território, como apoio a gestão e planeamento de toda a área protegida, permite canalizar os fluxos de visitantes, explicar os regulamentos e proteger as áreas protegidas. É um modo de suscitar a adesão dos visitantes (público) à missão da administração da área protegida, fazendo compreender e entender aos visitantes a importância do valor do património natural aí existente e que deve ser preservado e conservado (ATEN, 1988b).

A interpretação permite então educar, sensibilizar e informar de uma forma apelativa e interessante os visitantes que se deslocam em visita à área protegida. Permite a conservação e preservação porque alerta e educa os visitantes no sentido em que evidencia as riquezas e valores da área, bem como enumera as carências e condicionantes do local, estabelecendo comportamentos e atitudes, de uma forma simpática e cordial para com os visitantes.

Bibliografia

- ATEN (1988a) *Concept et démarche de l'interprétation*, Atelier Technique des Espaces Naturels (ATEN), Paris;
- ATEN (1988b) *Comment aménager vos sentiers par l'interprétation*, Atelier Technique des Espaces Naturels (ATEN), Paris;
- ATEN (1992) *Methodologie des plans d'interprétation*, Atelier Technique des Espaces Naturels (ATEN), Paris;
- AFIT (1999) *L'interprétation*, Les cahiers de l'AFIT, Agence Française de l'Ingénierie Touristique (AFIT), Paris; Boo, E. (1991) *Planning for Ecotourism*, Parks;
- Butler, R. (1998) Sustainable Tourism: looking backwards in order to progress?, in Hall, M. e Lew, A. (eds) *Sustainable Tourism: A Geographical Perspective*, Longman, Harlow;
- Coccossis, H. (1996) Tourism and sustainability: perspectives and implications, in Priestley, G. K., Edwards, J. A. e Coccossis, H. (eds) *Sustainable Tourism? European Experiences*, C.A.B. International, Oxon, U.K.;
- Fennell, D. A. (1999) *Ecotourism: An Introduction*, Routledge, London;
- Ferreira, C. S. e Clemente H. (1999) *Ambiente, Turismo e Educação Ambiental*, Disciplina de Direito do Ambiente, Secção Autónoma de Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro;
- FNNPE (1993) *Loving Them to Death: Sustainable Tourism in Europe's Nature National Park's*, Federation of Nature and National Parks of Europe, Grafenau, Germany;
- Gunn, C. A. (1988) *Tourism Planning*, Second Edition: Revised and Expanded, Taylor & Francis, New York;
- Inskip, E. (1991) *Tourism Planning: an Integrated and Sustainable Development Approach*, Van Nostrand Reinhold, New York;
- Lewis, W. J. (1988) Manuel de Formation à l'interprétation pour les visiteurs des Parcs in *L'interprétation par les visiteurs des parcs*, Atelier Technique des Espaces Naturels (ATEN), Paris;
- Mathieson, A. e Wall, G. (1982) *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*, Longman, Harlow;
- Partidário, M. R. (1998) Ambiente e Turismo, in *Economia e Prospectiva Turismo: Uma Actividade Estratégica*, Ministério da Economia, Vol.1, nº4 Jan/Março, Lisboa;
- PNPG (1997) *Modelo Teórico "Portas do Parque Nacional da Peneda Gerês"*, Fundamentação e Estudos complementares, Parque Nacional da Peneda Gerês, Braga;
- Poon, A. (1993) *Tourism, Technology and Competitive Strategies*, C.A.B. International, Oxon, U.K.;
- Stabler, M. J. (1997) An Overview of the Sustainable Tourism, in Stabler, M. J. (ed) *Tourism & Sustainability - Principles to practice*, C.A.B. International, London;
- Western, D. (1993) *Defining Ecotourism*, in Lindberg, K. e Hawkins, D. (eds) *Ecotourism: A Guide for Planners and Managers*, Volume 1, The Ecotourism Society, North Bennington, Vermont;